

# Atração e permanência de pessoas em instituições religiosas católicas: o peso dos contornos institucionais

ROSANGELA CENCI

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA / MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO, CHAPECÓ – SC, BRASIL

ELIANE SALETE FILIPPIM

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA / MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO, CHAPECÓ – SC, BRASIL

## Resumo

As organizações são desafiadas ao processo de adaptação e atualização constante de suas estruturas e de seus contornos institucionais para que possam cumprir sua finalidade institucional. Em um contexto de pressão e esvaziamento de membros, este estudo buscou compreender o que pode motivar ou desmotivar a atração, permanência ou desistência de membros em instituições de caráter religioso, especialmente aquelas ligadas à Igreja Católica. Norteado por elementos da teoria institucional, o estudo teve como objetivo central analisar a relação entre a configuração institucional das instituições religiosas (IR) e o ingresso, permanência e/ou desistência de seus membros. A estratégia de pesquisa adotada foi o estudo qualitativo, com foco nas IR católicas, pesquisa documental e egressos (desistentes nos últimos 10 anos). Os dados foram coletados por meio de estudo de documentos, questionários e entrevistas e grupo focal. Ao analisar a relação entre a configuração institucional das IR e o ingresso e permanência de seus membros, constatou-se que os sistemas de regras, normas, princípios regulatórios, crenças, ritos, universo simbólico e ideias têm influência direta em fatores de atratividade e geram satisfação ou insatisfação dos membros, dependendo do grau de institucionalização e da capacidade de agência dos atores. São os roteiros institucionais que revelam as preferências fundamentais dos indivíduos a partir dos cenários, contornos e processos históricos. O estudo aponta, ainda, uma tensão entre as percepções do indivíduo e da instituição.

**Palavras-chave:** Instituições Religiosas. Atratividade. Teoria Institucional.

## *Attraction and retention of people for religious life in Catholic religious institutions: the importance of institutional features*

### Abstract

The challenges faced by organizations include the process of constantly adapting and updating its structures and features in order to fulfill their institutional purpose. In a context of pressure and loss of members, this study is an attempt to understand what does or doesn't motivate religious people to join, remain or leave religious institutions related to the Roman Catholic Church. Based on elements of institutional theory, the study aimed to analyze the relationship between the institutional features of religious institutions and their capacity to attract and retain people for religious life. The research method adopted a qualitative approach focusing on Catholic institutions, collecting data through documents, questionnaires responded by the institutions and a focus group with people who have left religious life in the religious institutions in the last 10 years. By analyzing the relationship between the religious institutions features and the data collected on attraction and retention of people for religious life, it was found that the systems of rules, standards, regulatory principles, beliefs, rites, symbolic universe and ideas, have a direct influence on the attraction and satisfaction or dissatisfaction of these people, depending on the degree of institutionalization and agency capacity. These elements are part of an 'institutional script' that reveals the individuals preferences based on the scenarios, characteristics and historical processes. The study also points out a tension between the perception of the individual and the institution.

**Keywords:** Religious Institutions. Attraction. Institutional Theory.

## *Atracción y permanencia de personas en instituciones religiosas católicas: el peso de los contornos institucionales*

### Resumen

Las organizaciones son desafiadas al proceso de adaptación y actualización constante de sus estructuras y de sus contornos institucionales para que puedan cumplir con su finalidad institucional. En un contexto de presión y disminución de miembros, este estudio buscó comprender lo que puede motivar o desmotivar la atracción, la permanencia o el desistimiento de miembros en instituciones de carácter religioso, especialmente aquellas ligadas a la Iglesia Católica. Norteado por elementos de la teoría institucional, el estudio tuvo como objetivo central analizar la relación entre la configuración institucional de las instituciones religiosas (IR) y el ingreso, la permanencia y/o el desistimiento de sus miembros. La estrategia de investigación adoptada fue el estudio cualitativo, con foco en las IR católicas, investigación documental y egresos (desertores en los últimos 10 años). Los datos fueron recogidos por medio de estudio de documentos, cuestionarios y entrevistas y grupo focal. Al analizar la relación entre la configuración institucional de las IR y el ingreso y permanencia de sus miembros, se constató que los sistemas de reglas, normas, principios regulatorios, creencias, ritos, universo simbólico e ideas tienen influencia directa sobre factores de atractividad y generan satisfacción o insatisfacción de los miembros, dependiendo del grado de institucionalización y de la capacidad de agencia de los actores. Son los itinerarios institucionales que revelan las preferencias fundamentales de los individuos desde los escenarios, los contornos y los procesos históricos. El estudio también muestra una tensión entre las percepciones del individuo y de la institución.

**Palabras clave:** Instituciones Religiosas. Atractividad. Teoría Institucional.

Artigo submetido em 27 de abril de 2015 e aceito para publicação em 29 de agosto de 2016.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395149075>



## INTRODUÇÃO

A atração e retenção de pessoas parece ser um dilema que afeta inúmeras organizações contemporâneas, inclusive aquelas que se dedicam à vida religiosa. Embora a análise do ambiente organizacional interno de igrejas e congêneres seja pouco usual em estudos científicos da área da Administração, entende-se que esse tipo de organização, bem como as motivações religiosas que norteiam os indivíduos, tende a influenciar formas de pensar e de agir, não somente nos espaços eclesiais, mas também em outras dimensões da vida humana e da vida em sociedade. Considera-se, portanto, que investigar fenômenos ligados às organizações de matriz religiosa pode contribuir com o campo dos estudos organizacionais, à medida que reflete uma dimensão considerada relevante para significativa parcela da população brasileira. Além do inusitado do tema, a atratividade de instituições religiosas (IR) em um contexto contemporâneo, este estudo também enfrentou o desafio de examinar esse tema do ponto de vista da Administração, recorrendo a alguns pressupostos da teoria institucional aplicada aos estudos organizacionais.

As IR sofrem pressões internas e externas para se adequar ao contexto atual e para atrair e reter novos membros que possam garantir a perenidade de sua missão institucional. Em um contexto de amplas mudanças sociais, a Igreja Católica perdeu adeptos entre 2000 e 2010. A população brasileira que se declara católica passou de 73,6% para 64,6%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010). É possível presumir que se um contingente populacional menor tem aderido a essa denominação religiosa, como consequência o número de pessoas que resolvam ingressar na vida religiosa consagrada também tende a diminuir, gerando dificuldades para a renovação dos quadros das IR. O que instigou a pesquisa foi

\* Fonte da imagem: Banco de imagem da autora Rosângela Cenci (concedo o direito de uso de imagem fotográfica e "intelectual")

o questionamento acerca de quais fatores poderiam atrair e reter na vida religiosa nos dias atuais e quais atributos uma IR precisaria ter ou desenvolver para ser capaz de renovar e manter perenes essas organizações. Longe de buscar fazer prosélitos, visto que a ciência não é signatária de nenhuma igreja, o que se busca é compreender um dilema configurado nesse tipo de organização. Igualmente, não se almeja enfatizar, neste artigo, a trajetória histórica da Igreja Católica como um todo, visto que o tema tem sido bem explorado nos campos da Antropologia, da História e da Sociologia.

Nesse sentido, este estudo situa-se no contexto do fenômeno religioso e sua relação com a sociedade contemporânea, mais especificamente, visa à compreensão da relação entre os contornos institucionais das IR pertencentes à Igreja Católica Apostólica Romana e a atração e permanência de membros em seus quadros. Desse modo, a pergunta central que orientou a investigação foi: em que medida os contornos institucionais exercem influência sobre a atração, permanência ou desistência de membros em instituições religiosas? Para elucidar tal questão, buscou-se apoio na teoria institucional e definiu-se como objetivo central da pesquisa: analisar a relação entre a configuração institucional das IR e o ingresso, a permanência e/ou a desistência de seus membros.

A estratégia de pesquisa adotada foi o estudo qualitativo, com foco em instituições católicas (conventos, claustros, ordens, congregações, institutos) e em egressos delas (desistentes das IR nos últimos 10 anos). Os dados foram coletados por meio de questionário, grupo focal e análise de documentos. Ao analisar a relação entre a configuração institucional das IR e o ingresso e permanência de seus membros, constatou-se que os sistemas de regras, normas, princípios regulatórios, conjunto de crenças, ritos, universo simbólico e ideias têm influência direta em fatores de atratividade e geram satisfação ou insatisfação dos membros, dependendo do grau de institucionalização e da capacidade de agência. São roteiros institucionais que revelam as preferências fundamentais dos indivíduos a partir dos cenários, contornos, processos históricos. Fatores de atratividade e permanência colhidos junto aos sujeitos de pesquisa, como a missionariedade, a vida dos fundadores, fazer o bem, ter uma causa, a humanização, a realização pessoal, ser feliz, são motivos que expressam as disposições incorporadas e a quebra do senso comum das capacidades treinadas. O estudo aponta, ainda, uma tensão latente entre indivíduo e organização, no caso das IR.

Após esta Introdução, o artigo foi organizado assim: a segunda seção apresenta elementos relativos ao conceito e sentido de instituição e de institucionalização da vida religiosa; a terceira seção aborda os procedimentos metodológicos; a quarta seção apresenta a análise dos dados; e a quinta e última seção apresenta nossas considerações finais.

## INSTITUIÇÕES E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA VIDA RELIGIOSA

---

Certamente, associar a visão conceitual de instituições aos estudos organizacionais e abordar suas configurações não traz novidade às ciências sociais, uma vez que muitos dos avanços importantes nos estudos organizacionais se devem a posturas interdisciplinares e, no caso da teoria institucional, ao esforço de cientistas políticos, economistas e sociólogos que buscam o entendimento da finalidade e do desenho das instituições.

O vocábulo instituição vem do latim (*institutio*), com o sentido de fundar, estabelecer, organizar algo que existe, ordenar, regular, formar, treinar alguém, reger uma vida segundo princípios. O termo pode contemplar a ideia de obra ou empreendimento que se perpetua no meio social e na memória das pessoas. A configuração, que está nas entrelinhas do conceito, está para o ato do estabelecido, organizado e ordenado de uma vida com regras e princípios (PEREIRA, 2012).

Para o sociólogo Everett Hughes (1942, p. 307), instituições originam-se conceitualmente da antropologia, sendo um “empreendimento social implementado de maneira esperada e permanente”, pois a permanência delas ocorre em virtude de um conjunto de fatores contingenciais que surgem de relações inevitáveis entre fenômenos sociais e entre estes e fenômenos não sociais. Assim, a afirmação do autor propõe a reflexão sobre a origem de uma instituição e sua perenidade diante dos fatores contextuais.

O surgimento das instituições ocorre em razão de estas atuarem como normas, com a necessidade de os indivíduos existirem uns com os outros dentro de dada sociedade. Instituição seria, dessa forma, um conjunto de regras que articulam e organizam interações econômicas, sociais e políticas entre os indivíduos e grupos sociais (ESPINO, 2001).

Ao examinar o conceito de instituições, Lourau (2004) define o termo a partir de diferentes acepções. Primeiro, afirma que instituições são normas e estas incluem as configurações de como os indivíduos concordam ou não em participar dessas mesmas normas. O autor entende por instituição a forma como os indivíduos se relacionam socialmente com seu conteúdo histórico individual, com suas coletividades e com as normas sociais existentes.

Dessa forma, as instituições são sistemas de regras que determinam a vida dos indivíduos, dos grupos sociais e das formas sociais organizadas. Esses sistemas de regras unidos, atuando em conjunto, formam o tecido institucional da sociedade. Instituição não é um nível de uma organização que atua a partir do exterior, mas que atravessa todos os níveis dos conjuntos humanos e faz parte da estrutura simbólica do grupo e do indivíduo. O termo instituição pode fazer referência às constituições políticas, às leis, aos instrumentos e às ferramentas de controle para a garantia e execução da lei, bem como aos preconceitos, às modas e às crenças. O que o indivíduo encontra estabelecido na sociedade, como normas, costumes, tradições e condutas, é o que está instituído. Portanto, existe uma relação sociológica entre instituição e instituído (LOURAU, 2004).

Em outra vertente, Eisenstadt (1968, p. 409) sugere conceber as instituições como “princípios regulatórios que organizam a maioria das atividades dos indivíduos em uma sociedade cujos padrões organizacionais são definidos a partir de alguns problemas perenes, básicos de qualquer sociedade ou ordem de vida social”. Nesse prisma, percebe-se a influência de um contexto normativo e previamente estabelecido. No contexto regulador, os indivíduos vinculam-se aos comportamentos já estruturados. Essa concepção de instituição é de origem weberiana, pois a interação entre as pessoas e a sociedade não são aleatórias, mas padronizadas e coerentes com a intencionalidade de suas ações que têm como referência as normas institucionais (EMMENDOERFER, 2006).

Uma instituição pode ser compreendida como determinado padrão social que revela um processo de reprodução particular. Quando ocorrem desvios desse padrão, eles são neutralizados por meio de recompensas e restrições. Instituições são padrões sociais que, quando reproduzidos, devem sua sobrevivência a processos da sociedade. O conceito de instituição remete a elementos configurativos, como o isomorfismo institucional, um processo de restrição que força uma unidade de uma população a se assemelhar a outras unidades que enfrentam o mesmo conjunto de condições ambientais. Assim, o isomorfismo pode ser coercitivo, normativo e mimético (DIMAGGIO e POWELL, 1991).

O isomorfismo coercitivo ocorre à medida que pressões formais ou informais são exercidas sobre uma instituição por outras instituições das quais ela depende. Também há o movimento de coerção a partir de expectativas culturais por parte da sociedade onde a instituição atua. O isomorfismo mimético decorre da incerteza simbólica ao tomar outras organizações como modelo paradigmático. Estão difundidos nesse conceito dois modelos relevantes: a dinâmica involuntária, da qual provém a transferência ou rotatividade de funcionários; e a dinâmica explícita, que envolve o comércio e a indústria, em virtude da pressão exercida sobre a organização para que ofereça programas e serviços. Já o isomorfismo normativo deriva da luta coletiva dos membros de uma profissão para definir as condições e os métodos de seu trabalho e estabelecer uma base cognitiva e de legitimação para a autonomia de sua profissão. O comportamento e as atitudes dos indivíduos dentro da organização, como estilo de vestimenta, vocabulário, métodos padronizados de discursar, de fazer piadas ou de dirigir-se aos outros, fazem parte do isomorfismo normativo (DIMAGGIO e POWELL, 1991).

De outra parte, Berger e Luckmann (1974) relacionam instituição, sobretudo em sua origem, com hábitos de comportamento que uma geração vai transmitindo para a outra, também como fato social. Para Durkheim (1990, p. 92),

[...] um fato social [é] toda a maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coação exterior; ou ainda, que é geral no conjunto de uma dada sociedade tendo, ao mesmo tempo, uma existência própria, independente das suas manifestações individuais.

O fato social principiante de Durkheim (1990) traz três características básicas: 1) a exteriorização (podendo ser tratada como coisa: maneira de agir, de pensar...), pois tende a provocar reações e comportamentos; 2) a coletividade, pois é produzido e mantido por um conjunto de certa sociedade e quanto mais coletivo, mais social; e 3) a obrigatoriedade, pois é coercitivo, impõe-se para determinada sociedade, como, por exemplo, a língua e os fatores culturais.

Em uma discussão no âmbito das organizações, Serva (2001, p. 6) apresenta o conceito de fato organizacional como: “um complexo de elementos e de suas relações entre si, resultante e condicionante da ação de diferentes pessoas no desempenho de funções que limitam e orientam atividades ligadas à vida humana associada”. A intenção desse conceito é criar maior

fluidez para as ações administrativas nos contextos contemporâneos. Esse conceito de fato organizacional, refletido por Serva (2001), está alinhado com o pensamento de Guerreiro Ramos (1946), que também discorda de Durkheim (1990) em relação à exterioridade (embora enfatizasse um fato social mais administrativo operacionalizado), sendo que os contextos sociais interagem na formação dos sujeitos. O fato organizacional é um produto da vida coletiva, brota da vida em comum, como também sinalizou Durkheim (1990), e está presente nas sociedades, nos grupos políticos e religiosos, nas corporações profissionais etc. Quanto ao fator coercitivo, este tende a ter maior ou menor intensidade, dependendo do grau de imposição exercida pela organização. Para Guerreiro Ramos (1946), esse grau de imposição exerce efeitos coercitivos que tendem a condicionar as ações dos sujeitos no desempenho de funções que limitam e orientam as atividades humanas. De acordo com Jacometti, Castro, Gonçalves et al. (2016), na teoria institucional, os norteadores das práticas sociais são as instituições que configuram e as maiores probabilidades de ação, não se tratando de predeterminação independente da vontade dos atores sociais, mas sim que em uma realidade institucionalizada se diz como as coisas devem ocorrer ali.

A instituição tende a ser formada por comportamentos que foram habitualizados e tornaram-se institucionais, ao mesmo tempo que pode haver maneiras e hábitos pessoais que não criam nenhuma expectativa nem reciprocidade. Dessa forma, uma instituição ocorre como fato social somente quando tem certa estabilidade, especialmente quando vai além de uma geração. As pessoas que ingressam depois já encontram normas, costumes, padrões estabelecidos e um sistema legitimado aos quais são chamadas para se socializar.

## A Socialização dos Indivíduos: Processos de Inserção Institucional

Em estudos organizacionais, as instituições buscam compreender os processos de interação que resultam da ação humana e do contexto social, cultural e político, bem como os padrões implícitos e a diversidade dentro das organizações (PEREIRA, 2012). Um dos primeiros sociólogos a expressar o conceito de socialização foi Durkheim (1990). Para o autor, para que o indivíduo possa tornar-se membro de uma sociedade, necessita aprender regras, normas, condutas e códigos sociais. Esse processo de aprendizagem é denominado socialização.

Ao ressignificar a concepção durkheimiana, autores como Berger e Luckmann (1974) desdobraram o conceito de socialização em duas modalidades, a primária e a secundária. O indivíduo experimenta a socialização primária (primeira socialização) ainda na infância. Nela se incluem as relações mais diretas, afetivas, próximas. A socialização secundária (processo subsequente) introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade. Aí estão presentes relações mais racionais, indiretas e comerciais.

O fato de socializar os membros nas instituições existentes ou nas sociedades estabelecidas é motivo de reflexão. Para Guerreiro Ramos (1946), o drama da personalidade do ser humano consiste em que, de um lado, ela quer realizar uma missão, uma vocação, um destino único; e, de outro, encontra estilos sociais organizados, instituídos na suposição da identidade fundamental de todos os homens. O autor questiona, ainda, que, mesmo que as instituições procurem em tempos contemporâneos ajustar seus membros às suas necessidades e exigências de sentido e de realização humana, isso sempre permanecerá sendo problemático (GUERREIRO RAMOS, 1946).

Para Parsons e Bales (1955), a socialização ocorre nas diversas dimensões da vida dos indivíduos: na família, nos relacionamentos e nos diferentes grupos de interesses. Com base nas suas motivações e interações de sua vivência em um mundo em mutação, enquanto se socializa, o sujeito modela a si mesmo com singularidade e com fronteiras definidas. Já em outra perspectiva, Guerreiro Ramos (1996) buscou uma Sociologia que resguardasse a preocupação com a autonomia do sujeito. Para isso, conjugou a experiência da vida política e criou um método sociológico denominado redução sociológica. Tal método pressupõe, basicamente:

Redução como método de assimilação crítica da produção sociológica estrangeira [...] redução como atitude parentética, isto é, como adestramento cultural do indivíduo, que o habilita a transcender, no limite do possível, os condicionamentos circunstanciais que conspiram contra a sua expressão livre e autônoma [...] redução como superação da sociologia nos termos institucionais e universitários em que se encontra (GUERREIRO RAMOS, 1996, p. 11).

Esse efeito traz diretamente o sentido de socialização, que é não negar o saber e a liberdade aos seres humanos, mas antes devolver o homem ao homem e permitir-lhe ingresso em um plano de existência autoconsciente. No mais autêntico sentido da palavra, é tornar-se e proporcionar um saber edificante (GUERREIRO RAMOS, 1996).

### *O sentido institucional*

Quanto à dinâmica comportamental dos indivíduos nas instituições, para Meyer e Rowan (1977), bem como para March e Olsen (1993), os símbolos, os rituais, as cerimônias, os relatos e as dramatizações na vida política cumprem uma função configuradora na sociedade contemporânea, permeada de instabilidade e afetada por turbulências sociais e políticas.

A sociedade burocrática, para os institucionalistas, é responsável pela transformação das instituições sociais, políticas e econômicas. As instituições cresceram e adquiriram poder, tornando-se mais complexas e eficazes. Esse protagonismo crescente das instituições desempenha, assim, um papel dominante na vida contemporânea por meio de organizações formais, instituições legais e burocráticas (CARVALHO, VIEIRA e GOULART, 2012).

É plausível que o comportamento de um indivíduo dentro do ambiente institucional seja influenciado por um cálculo utilitarista influenciado pelas expectativas de outros atores. Os atores desse modelo criam a instituição em uma ótica dedutiva e enfatizam uma classificação de funções para poder conceituá-la como ganho de valor obtido pela cooperação, por meio das trocas entre seus membros (HALL e TAYLOR, 2003).

Destarte, Selznick (1972, p. 5) define que “organização é um instrumento técnico para a mobilização das energias humanas, visando a uma finalidade já estabelecida [...] [refere-se a] um instrumento precípuo e racional projetado para executar um serviço”; já instituição é “o produto natural das pressões e necessidades sociais, um organismo adaptável e receptivo”. Selznick (1972) lembra que, ao estudar instituições, deve-se resgatar suas construções históricas e os fatores influenciadores de sua constituição junto ao meio social. Nesse quesito, para Carvalho, Vieira e Goulart (2012), dada a institucionalização, as organizações tornam-se instituições e respondem às influências do ambiente em suas variáveis concretas, como a tecnologia, e também em variáveis de maior ênfase como os valores, as crenças e os mitos compartilhados. Em definição, significativamente alterada ao final da década de 1970, o conceito de institucionalização foi tomado como “o processo pelo qual processos sociais, obrigações ou circunstâncias assumem o *status* de norma no pensamento e na ação sociais” (MEYER e ROWAN, 1977, p. 341).

Nessa corrente teórica, ainda para Hall e Taylor (2003), espera-se que as instituições ofereçam condições para a atribuição de significados à vida social e possam influenciar as preferências mais fundamentais dos indivíduos. A identidade e a imagem de si dos atores sociais são, elas mesmas, vistas em processo de construção, a partir das formas, imagens e signos oferecidos pela vida social, sempre reforçando o grupo, a convenção e a instituição a que pertencem.

A influência e transferência contextual de valores, comportamentos dos indivíduos, símbolos, estratégias e estruturas na visão do neoinstitucionalismo implicam a criação do isomorfismo organizacional. As organizações são recompensadas pela legitimidade e sobrevivem por seus recursos; são pressionadas por meio da coerção, do mimetismo e do normatismo, sendo que o resultado disso é o isomorfismo (DIMAGGIO, 1988). As pressões miméticas vêm do resultado do desejo de parecer com outras organizações bem-sucedidas e já legitimadas pelo ambiente, a mimetização de suas práticas, estruturas e resultados. As pressões normativas são culturais e orientam as tomadas de decisão, já a pressão coercitiva resulta de forças de persuasão externa (WILLIAMS, LUEG, TAYLOR et al., 2009). Tal como os atores formulam estratégias e possibilitam a criação de novas instituições, para Machado-da-Silva e Coser (2004, p. 5), eles também “buscam estabelecer e manter regras sociais como caminho para a produção de uma comunicação clara que evite ambiguidade e surgimento de conflitos nas relações”.

A possibilidade de integração de noções estratégicas, culturalistas e das crenças para analisar como os atores se orientam em determinada situação tem permitido diversas leituras. Em um ambiente institucional, o comportamento dos atores pode ser determinado pelos incentivos que as instituições podem oferecer e pelos estilos de decisão deles, favorecendo a compreensão das crenças, de acordo com comportamentos aos quais os atores atribuem maior valor de ganho absoluto (HALL e TAYLOR, 2003). Os atores necessitam de referências para agir e a consolidação destas ocorre por intermédio das instituições (DIMAGGIO e POWELL, 1983), como o Estado, a indústria, as associações, as congregações etc. e por intermédio de eventos institucionais que revisam e reafirmam essas referências para seus membros.

## Igreja Católica e instituições religiosas: institucionalidades e expressões

Uma das referências institucionais da Igreja Católica, doravante designada Igreja, foi o Concílio Vaticano II. Esse evento, que consistiu em uma reunião de bispos atuantes em todo planeta, foi realizado entre 1962 e 1965, constituindo um marco na história e na vida institucional da Igreja. O contexto da época ainda respirava as consequências da Segunda Guerra Mundial e da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Os países vivenciavam a Guerra Fria, com insurgência de crises diversas e conflitos frequentes. No âmbito interno, a Igreja, ora medieval, ora imperial, com autoridade centrada, vertical e burocratizada, começava a ver seu modelo organizacional se esgotar. A proposta que se apresentava era a possibilidade de dialogar com uma sociedade que exigia mudanças (MIRANDA, 2012).

Esse evento eclesial, o Concílio Vaticano II, trouxe a possibilidade de uma nova visão de mundo e de reorganização institucional para a Igreja. A renovação eclesial realizada pelas reflexões e decisões conciliares propiciou, no caso do Brasil, um plano de trabalho e implantação de diretrizes e de linhas de ação com caráter social, religioso e histórico, acerca dos principais aspectos da realidade brasileira e da inserção e atuação da Igreja nessa realidade (BEOZZO, 2003).

Uma das marcas desse concílio foi o esforço de adequação da Igreja ao contexto socioeconômico, cultural e político. Nesse sentido, diante da valorização dos direitos e da dignidade do ser humano, a Igreja enfatizou a dimensão ecumênica de sua atuação e seu processo de diálogo diante do pluralismo religioso (TEIXEIRA, 2005). As diretrizes conciliares queriam superar os pressupostos das sociedades feudais e pré-modernas que eram compostas, de maneira geral, pelo clero, pela nobreza e pelos servos. Nelas, o lugar social de cada pessoa já vinha praticamente determinado desde seu nascimento, sendo a religião (sobretudo a católica) a força instituinte daquela sociedade. A Igreja também desempenhava uma função ordenadora, normativa e legitimadora, na qual o peso da tradição, com sua destacada simbologia, gerava a sensação de imutabilidade: a moral, as normas, a pertença a tais instituições eram tidas como verdades absolutas.

Com o advento da sociedade e do Estado modernos, tanto a Igreja como outras formas tradicionais de autoridade passaram a ter menos peso e importância como força legitimadora. A Igreja também foi perdendo riquezas e privilégios. Muitas congregações religiosas passaram a ser consideradas contrárias aos direitos humanos e ao progresso e, em certos países e situações, tiveram bens confiscados e foram proibidas de admitir novos membros (PEREIRA, 2012). Mesmo assim, aproximadamente uma centena de congregações foi criada na primeira metade do século XIX. Os objetivos declarados para sua criação eram diversos, desde a educação dos pobres e analfabetos até o ensino em escolas e a assistência aos doentes. Ou seja, apesar das adversidades e resistências, constata-se que, somente nos séculos XIX e XX, houve mais aprovação pontifícia para o surgimento de congregações do que em todos os séculos anteriores juntos (PEREIRA, 2012).

Nesse contexto, o marco divisor da instituição Igreja entre as sociedades pré-moderna e moderna deu-se por meio deste evento: o Concílio Vaticano II. Após esse concílio, as IR realizaram inúmeras mudanças, dentre elas citam-se: várias substituíram o hábito religioso pelo traje civil; religiosos foram viver em pequenas comunidades nas periferias; facilitou-se o acesso e incentivo a religiosos para realizar curso de Ensino Superior fora de suas organizações; teve fim a segregação de religiosas que tinham menor poder aquisitivo familiar ou intelectual, entre outras mudanças observadas (PEREIRA, 2012).

Outro aspecto revisto com esse concílio foi a concepção tradicional de vida religiosa, que era embasada na *fuga mundi*, ou seja, entendia-se, antes desse concílio, que o religioso deveria fugir do mundo. Ele deveria ficar separado do convívio com as demais pessoas para que pudesse estar mais próximo a Deus. A ênfase da vida religiosa, que recaía sobre a espiritualidade, a partir do Concílio Vaticano II se alterou e surgiram novas orientações (CALIMAN, 2013), sobretudo aquelas ligadas à ação social das congregações.

Contemporaneamente, observa-se que as IR têm continuado seu esforço de adaptação aos contextos sociais nos quais estão inseridas. Mais recentemente, a história da Igreja foi marcada pela renúncia do papa Bento XVI, à qual se seguiu a eleição do cardeal Jorge Mario Bergoglio, nomeado papa Francisco, que, a partir de 2013, tem instigado a Igreja à adoção de outro modelo institucional. Ainda é cedo para avaliar o impacto da atuação desse dirigente da Igreja. Todavia, observa-se que a trajetória das IR guarda muitas permanências de todos os paradigmas adotados ao longo da história da Igreja.

Elementos estruturais, configurações, limitações, bem como fatores de integração, perspectivas e impulsos, proporcionam contextos de continuidade ou descontinuidade e afetam de maneira singular seus membros. Um dos apelos do novo dirigente da Igreja aos membros das IR é de que sejam capazes de despertar para as demandas do mundo atual. Nesse contexto, não

parece fazer sentido um caminho que distancie a vida religiosa da vida em sociedade, mesmo que cada congregação continue orientada por sua missão ou por seu carisma específico. Esse carisma, compreendido como a forma singular de ser e de estar no mundo de cada congregação, tem orientado as IR na construção e revisão de suas identidades e contornos institucionais (SOBRINO, 1982).

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

---

O estudo teve foco em IR existentes no contexto da Igreja e adota abordagem qualitativa, pois priorizou a reflexão provocada pela captura de dados de natureza subjetiva. Tal subjetividade está presente desde a escolha do objeto até os relatos da percepção dos sujeitos de pesquisa sobre suas motivações e/ou desmotivações em relação às instituições. Foram buscadas múltiplas fontes de evidências, como recomendado por Godoy (1995), desde a coleta de documentos e tratamento da bibliografia até o uso de questionário e de grupo focal.

O questionário, designado “Instituições”, é semiestruturado. Foi respondido, por adesão, pelas IR associadas à Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB). De acordo com a CRB (2014), há cerca de 570 IR no país. As religiosas com profissão perpétua dos votos são cerca de 28.600; com profissão temporária dos votos, cerca de 3.330. No total, o número de membros do sexo feminino é de cerca de 31.930. Já os membros de IR do sexo masculino são cerca de 3.710, dos quais 1.840 sacerdotes e 1.870 irmãos. Somando, a população das IR no Brasil é de cerca de 35.640 membros. Das IR presentes no Brasil, cerca de 150 possuem sede geral no país, cerca de 230 em outros países e essa informação não estava disponível para cerca de 30 IR.

O questionário foi encaminhado por *e-mail* para as cerca de 420 instituições associadas à CRB, que são congregações, comunidades de vida, institutos e ordens. Acompanhou o questionário uma carta de concordância da CRB para a consulta. Retornaram respondidos 41 questionários, sendo que essa baixa taxa de retorno pode ser atribuída a alguns fatores, como: baixo domínio de informática dos membros das IR respondentes; desconfiança, devido ao conteúdo do questionário constituir tema polêmico entre as IR; dados cadastrais desatualizados junto à CRB; idade avançada dos responsáveis respondentes; algumas comunidades religiosas não adotam informatização; e, entre os associados à CRB, há 42 institutos cujos membros vivem em clausura.

Das 41 IR que aderiram à pesquisa referente ao instrumento “Instituições”, 11 foram fundadas no Brasil, sendo 2 do século XIX (1849) e 9 do século XX (maioria nas décadas de 1940 e 1950). Das outras 30, consta que 2 são do século XIII, 3 do século XVI, 4 do século XVII, 18 do século XIX e 3 do século XX. Dos 41 respondentes, 17 instituições são da região Sul do Brasil, 16 do Sudeste, 2 do Centro-Oeste, 6 do Nordeste e nenhum do Norte. Possivelmente, a ausência de resposta do Norte do país se deva à dificuldade de comunicação e ao difícil acesso à informatização das comunidades religiosas ribeirinhas ou inseridas em áreas isoladas.

Das IR que responderam ao questionário “Instituições”, 32 são femininas, 7 masculinas e 2 mistas. Quanto aos sujeitos respondentes desse questionário, 15 foram superiores provinciais e 7 superiores gerais. Os demais respondentes ocupam cargos de secretaria, administração ou animação vocacional.

Outra fonte de coleta de dados se deu pela realização de entrevista coletiva na forma de grupo focal, com a finalidade de recolher opiniões e informações dos participantes. Nesse evento, não se visou ao consenso, mas a uma compreensão e definição do objeto já dado pelo mediador (IBÁÑEZ, 2003). O grupo focal foi realizado com a presença de 7 egressos de IR (ex-religiosos), sendo que o convite fora enviado para 10 pessoas, por *e-mail*. Entre os participantes havia 2 mulheres e 5 homens.

Para o grupo focal foi definida uma lista de temas a ser utilizados na reunião, sendo abordados sem rigidez sequencial, no momento mais adequado. O roteiro de discussão no grupo focal, elaborado previamente, foi fundamentado no referencial teórico e teve como fio condutor as categorias de análise. Iniciou-se com apresentação dos presentes, garantia de confidencialidade e agradecimento pela participação, sendo, em seguida, iniciada a discussão. Os participantes autorizaram explicitamente a gravação do diálogo grupal. Tais participantes eram desconhecidos entre si, o que contribuiu para evitar interferências de ordem relacional pregressa nos debates.

Deu-se o aquecimento grupal a partir da escuta da trajetória de vida nas IR dos egressos presentes. Norteadas pela temática e pelos objetivos da pesquisa, os sujeitos foram instigados a dialogar sobre a vivência cotidiana nas instituições, ressaltando



as regras, os rituais e outras marcas da institucionalidade (GUTIÉRREZ, 2008). No fechamento do discurso, Gutiérrez (2008) prevê uma recapitulação, questionamentos, verificação de dúvidas e agradecimentos. Nessa linha, fez-se a recapitulação dos principais pontos debatidos e foi verificado se todos estavam de acordo com a síntese elaborada pelas pesquisadoras.

## APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Para a análise dos dados coletados por meio dos diferentes instrumentos de pesquisa, foram utilizadas as categorias capturadas pela revisão da literatura, quais sejam: categoria Institucionalização, tendo como descritores: sistemas de regras e princípios regulatórios; categoria Motivação, tendo como descritores: fator de atratividade e fator de insatisfação; categoria Socialização, tendo como descritores: aculturação e legitimação.

### Institucionalização

Ao tratar das instituições, notam-se definições e conceitos por meio de expressões e de práticas institucionais aplicadas aos contextos cotidianos, presentes ao longo da história. O tema instituições foi examinado de acordo com seus descritores (sistema de regras e princípios regulatórios). Ao tratar da percepção dos sujeitos de pesquisa participantes do grupo focal, observaram-se diferentes percepções.

A concepção da necessidade da mudança paradigmática, em relação às estruturas hierárquicas das IR, está conectada a um sistema de regras e normas. Pode ser que nem sempre o discordar dos ou questionar os sistemas instituídos ocorra de modo tranquilo. Ao discordar, os membros podem expressar um desejo mais profundo, não se limitando à passividade da concordância com as normas e os sistemas como se encontram legitimados institucionalmente. Assim, a problematização e o questionamento tornam-se provocações que podem indicar necessidade de atualização da IR, rumo a uma gestão mais participativa e próxima das pessoas. A egressa assim se expressou diante da estrutura institucional:

*[...] E o que pesava era a sobrecarga de trabalhos para as mais novas. Isso gerava uma insatisfação muito grande para o nosso juniorato [irmãs jovens], o que pesava eram justamente coisas que podiam ser assumidas por irmãs aposentadas e elas não assumiam. Era muito puxado. (Egressa 1)*

Na linha do depoimento da entrevistada, os gestores denominados superiores maiores das IR ligados à CRB (2014), definiram em assembleia como uma das linhas transversais de sua atuação a busca por maior leveza e agilidade institucional, tendo em vista a missão de cada IR. Aqui, a leveza traz o conceito de Ambrósio (2014), cuja percepção é de que o peso institucional sufoca o anseio da vida religiosa em se abrir aos sinais dos tempos e ao que entende serem os apelos de Deus. Segundo Ambrósio (2014, p. 434): “não são as obras pesadas que ocupam nossos pensamentos, somos nós mesmos pessoas pesadas, com formas pesadas de exercer a liderança e o governo das instituições, somos nós incapazes de acreditar na novidade que a juventude pode semear”.

Percebe-se na afirmação que a leveza constitui um estilo de consagração nos tempos atuais, diferentemente do passado, quando uma das marcas da consagração era percebida pelo esforço de uma vida ascética e pela capacidade de realizar sacrifícios pessoais. As diferenças de percepção ligadas a aspectos geracionais também atuam nesse contexto gerando conflitos e questionamentos sobre os contornos instituídos nas IR. Para o Egresso 2, participante do grupo focal, a instituição e seus contornos foram determinantes para sua decisão de deixar a IR à qual pertencia:

*Eu sei dizer que, para mim, de fato, são três elementos fundamentais que me levaram a tomar a decisão pessoal: a grande estrutura física e institucional, a questão do mando, a questão das transferências e a partir do momento que se tornou um modelo empresarial. O problema é que na vida religiosa uns só mandam e outros só obedecem.*

Observa-se nesse fragmento que algumas práticas habituais das IR pesaram na decisão do entrevistado, como o foco nas edificações imponentes, a gestão centralizada, a determinação dos deslocamentos (transferências) de acordo com a vontade

e determinação “dos que mandam”. Outro aspecto que apareceu na fala desse sujeito e que gerou a concordância de mais participantes do grupo focal foi a questão do alinhamento com o modelo empresarial. Esse aspecto parece coerente com o que tratam DiMaggio e Powell (1991), referindo-se ao isomorfismo coercitivo, no qual pressões informais e formais são exercidas por parte da sociedade, ou de outras instituições, sobre determinada instituição, nesse caso, o modelo empresarial aplicado às IR. Essas pressões isomorfistas e coercitivas exercem nos atores movimentos de ajustamento em um contexto de aculturação. Por aculturação de novos membros compreende-se, de acordo com Hamers e Blanc (2000), um ajustamento de comportamento da cultura anterior a uma nova cultura, combinação e aquisição de competências com adoção de regras e atitudes culturalmente definidas. A partir das pressões exercidas pelo contexto, pelos movimentos de ajustamento, a pessoa tende a aceitar essa nova cultura adotando novas atitudes de combinação com o comportamento da instituição, de alguma forma fazendo parte do grupo “dos que obedecem” ou adotando uma postura crítica dentro da própria cultura da IR. Segundo o Egresso 3, sua passagem por uma IR deixou marcas. Alguns contornos institucionais nem sempre faziam sentido para ele:

*Certas normas que, no meu ponto de vista, não têm sentido. Eu me questionava: por que isso? É uma questão de disciplina! Eles [a instituição] usam a disciplina no sentido de não permitir questionar. Querem exigir uma norma pelo simples fato de existir, porque está nas normas. Isso tem que ser questionado! É um sacrifício. [...] eu não discordo de eles serem disciplinares, porque tem um lado positivo. Poxa, eu cheguei no seminário, nós éramos em 200, entre 12 a 17 anos. Eu estive em São Paulo, éramos 120 seminaristas. Em Roma, éramos 400 fazendo Filosofia. (Egresso 3)*

A referência desse entrevistado ao tratar da instituição remonta a um dos conceitos de *habitus*, indicado por Wacquant (2007), que trata da noção mediadora que ajuda a romper com a dualidade do senso comum, como a sociedade se torna depositada nas pessoas sob a forma de disposições duráveis ou capacidades treinadas e propensões estruturadas para pensar. O *habitus*, nesse sentido, como força mediadora, está para além da disciplina institucional estabelecida e ultrapassa a capacidade treinada do indivíduo, que não vê sentido na disciplina como um fim em si. O questionamento ao que ele se refere procura captar a “interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade” (WACQUANT, 2007, p. 66).

A atratividade numérica de membros, na visão desse entrevistado, está alicerçada na disciplina. Considera que esse seja o fator da atração de grande número de membros para a IR onde esteve. Contudo, o mesmo fator que atrai, dada a percepção espetacularizada que se vê de fora em relação à IR (uso do hábito e disciplina rígida, quase militarizada), quando se está dentro dos contornos institucionais parece desmedido. Para DiMaggio e Powell (1991), o comportamento e as atitudes dos indivíduos dentro de uma organização, como estilo de vestimenta, vocabulário, métodos padronizados de discursar ou de dirigir-se aos outros, fazem parte do isomorfismo normativo.

Na categoria institucionalização, pode-se perceber que os indivíduos se sentem pressionados pelas orientações reguladoras das IR, em ambientes controlados e controladores. Notou-se significativa influência do sistema de restrições e punições, visto de forma negativa e neutralizante pelos sujeitos da pesquisa quando elas são impostas. Os membros das IR reclamam maior participação nas decisões sobre quais contornos devem ser adotados nas instituições.

## Motivação

Na visão das instituições, captada pelo instrumento “Instituições”, sob a ótica dos gestores e gestoras responsáveis pelos pela administração interna das IR, ao ser questionadas sobre os motivos que, em sua visão, mais atraíram seus membros nos últimos dez anos, apresentaram como respostas mais recorrentes: o seguimento de Jesus e seu projeto e a doação da vida em favor do próximo e da vida missionária. Esses fatores, embora semelhantes, têm encontros e desencontros identitários de acordo com carismas específicos de cada IR. A compreensão que atraiu um jovem a ser missionário em uma IR que possui identidade missionária com presença além-fronteiras pode não ser a mesma compreensão de vida missionária, nem para uma instituição nem para um jovem que compreenda a missão exercida em um colégio ou hospital. Para tanto, é fundamental retomar Immergut (1996), quando considera a motivação inicial dos jovens e seu processo histórico como ponto inicial de um roteiro institucional, o que colabora para avaliar suas reais preferências e desejos individuais. Não obstante, as instituições tendem, em cenários de carência de membros, a ignorar as motivações pessoais e as preferências dos indivíduos e, por vezes, geram séria insatisfação à pessoa e ao coletivo, levando à decisão de deixar a IR.

Os mesmos contornos que geram atração para o ingresso nas IR podem pesar significativamente nos processos decisórios de saída. Alguns membros são atraídos pela propaganda, movidos pelo espetáculo à midiatização estratégica e emocionante, outros pelos sistemas de símbolos, outros por vivências e práticas sociais (DEBORD, 2003).

Nos dados colhidos das IR foram apontados como fatores de atratividade: a dimensão espiritual (32 citações), o testemunho dos membros (32 citações) e ser feliz (32 citações), com o mesmo número de instituições que citaram. E 30 instituições declararam que as juventudes seriam motivadas pela busca de realização pessoal; 3 instituições afirmaram que jovens são motivados a ingressar em uma IR devido à possibilidade de estudar.

A busca pela realização pessoal dos jovens está em consonância com o que aponta Guerreiro Ramos (1946) quando expressa que, por mais que as instituições procurem ajustar seus membros às suas necessidades, isso sempre será uma fonte de tensões. De um lado, encontram-se os estilos sociais organizados, estruturados, instituídos; e, de outro, o desejo do sujeito. É oportuno refletir se as motivações estão alicerçadas nas preferências e projetos de vida do indivíduo ou se têm fundamento na alienação institucional.

Dão-se, nesse contexto de atratividade, alinhamentos entre o que declararam as IR como fator de atratividade e o que apontaram as juventudes: o papel do testemunho dos membros nas IR. Nessa questão da necessidade do testemunho (exemplo), contudo, não se viu alinhamento sobre quem deva recair a responsabilidade de dá-lo. Os dados colhidos apontam uma transferência de responsabilidades: os egressos jovens tendem a exigir mudanças de comportamento dos anciãos; os anciãos propõem que os jovens precisam mudar seu comportamento; os egressos de meia-idade ouvidos disseram que o problema está no ativismo excessivo que recai sobre eles, devido aos muitos acomodados. Os egressos entrevistados no grupo focal também apontaram como aspectos que os motivaram a se evadir a perda do foco e o aburguesamento, que denominaram mercantilismo das IR, destacando uma espécie de busca de resultados que utiliza a mesma estratégia que um negócio laico. Segundo Oro (2013), diante do enriquecimento, as instituições necessitam de senso crítico, pois estão mais para uma produção de resultado do que um estilo de vida.

No que tange à motivação para o ingresso em uma IR, observou-se, pela análise dos dados coletados, que há forte influência do sistema de crenças e valores no processo de decisão dos indivíduos. Também se observou que as preferências fundamentais dos indivíduos tendem a ser construídas a partir de um roteiro institucional, ou seja, o comportamento adotado está afeto à análise do cenário e do processo histórico.

Outro aspecto observado na pesquisa é que também há questionamento quanto à falta de abertura às diferentes estéticas juvenis, o que pode contribuir para gerar a perda de motivação para ingressar ou permanecer como membro em uma IR. Reflete Oliveira (2007) que as culturas juvenis, em suas diferentes estéticas, compõem um cenário de encontros e desencontros marcados por imagens e corpos que sensibilizam e, ao mesmo tempo, são apropriados por um universo simbólico de lutas e disputas. Nas IR, as diferentes estéticas de jovens tatuados, com *piercings*, identificados esteticamente em grupos que não tem o perfil legitimado da vida religiosa, embora existam tentativas de aproximação, ainda encontram dificuldades de aceitação. Para que as IR compreendam a complexidade e as experiências vivenciadas pela realidade juvenil, Mota (2011) propõe a escuta desses jovens como tentativa de não reprodução de críticas do contexto social estabelecido. Ocorre que isso pode ser um problema ao fechamento e à possível padronização institucional que visa a inibir a pulverização institucional, desqualificando e alijando novos membros que pensam diferente da ordem estabelecida. Aspectos que preocupam as IR, como captado pelo questionário “Instituições”, são o narcisismo e o não acolhimento da diversidade, mais presentes no comportamento das novas gerações, segundo as lideranças das IR ouvidas.

Dentre as percepções captadas junto às IR sobre os principais motivos que geram a perda de atratividade e saída de seus membros foram citadas por 28 instituições que, ao sair, o egresso manifesta ter percebido que sua vocação não é a vida religiosa consagrada. Outros fatores que as IR citaram como aspectos desmotivadores e que causam saída de membros são os ligados a questões de afetividade e sexualidade (26 citações).

Segundo Lourau (2004), um sistema de regras ou normas determina a vida dos indivíduos e estes concordam ou não em participar de instituições com esses contornos já existentes. Segundo as IR ouvidas, o motivo que causa mais desligamentos é o fato de que o membro desistente teria percebido que não tem vocação. Essa percepção não está de acordo com o que relataram os participantes do grupo focal. Para estes, as desistências se dão muito mais por discordância com regras, normas e formas de vida das IR do que por motivos pessoais dos desistentes.

Outros motivos que levaram membros a deixar as IR, citados pelas instituições ouvidas, foram: aspectos relacionados a conflitos geracionais (25); perda da motivação inicial (25); dificuldade de adaptação às normas (23); e ênfase na vida profissional em detrimento da vida espiritual (23). Se, por um lado, os membros de IR respondentes do questionário entendem a possibilidade de profissionalização em várias áreas do conhecimento como forma de atender melhor a missão institucional, por sua vez, os egressos participantes do grupo focal apresentaram outra percepção, sendo críticos às IR e demonstrando certa preocupação com o que denominaram perda de foco, desvio do essencial, ativismo e sobrecarga de trabalho – todos fatores que, segundo eles, causam conflitos severos dentro das IR. Diante das respostas obtidas pelo instrumento “Instituições”, foram citados com menor ênfase motivos de insatisfação e desistência: dificuldade de viver a opção pelos pobres (19); dissonância entre oração e instituição (18); e, por último (17 citações), foi apontada a falta de testemunho dos religiosos. Talvez as IR analisem seus cenários partindo de uma imagem positiva de seus ritos, símbolos e cerimônias, enfim, de seus contornos institucionais. Na visão captada junto a elas, quem chega é que necessita se adaptar, compreender e entrar no rito institucional. O contexto turbulento gerado, por vezes, pelo questionamento seria apenas uma questão de adaptação e possível submissão dos novos membros. Contudo, cenários permeados de instabilidade e diferenças na atribuição de sentido podem gerar insegurança e perda de membros. O Quadro 1 resume as informações dos elementos que motivam a atratividade e insatisfação dos membros nas IR.

**Quadro 1**

**Fatores de atratividade e insatisfação**

Fatores motivacionais de atratividade para ingressar e permanecer em uma instituição religiosa	Fatores motivacionais de insatisfação que geram desistências em uma instituição religiosa
Experiências missionárias, instituições religiosas missionárias.	Sobrecarga de atividades. Ênfase na vida profissional. Falta de participação nos processos decisórios.
O carisma e a vida dos fundadores. O testemunho de pessoas já consagradas.	Dificuldade de viver a opção pelos pobres. Aburguesamento dos membros.
A humanização na convivência comunitária.	Aspectos ligados à afetividade e sexualidade.
Busca pela realização e pelo sagrado, ser feliz.	Distanciamento do sagrado. Perda da alegria e sentido da consagração.
Fazer o bem. Acreditar em uma causa. O projeto de Jesus Cristo.	Relações fraternas fragilizadas, conflitos de gerações e convivência.
A vestimenta (hábito/batina) e o modo disciplinado de viver.	Desvio de foco da missão essencial das instituições religiosas. Dificuldade de adaptar-se às estruturas.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

## Socialização

O ser humano, em sua busca por realização pessoal, pode confrontar-se com diferentes condições de adaptabilidade em ambientes institucionais. As IR têm uma cultura organizacional na qual nem sempre os membros se adaptam com facilidade ao que já se encontra legitimado. A percepção acerca da adaptação dos membros nas IR, de acordo com a visão do Egresso 3, tem os seguintes contornos:

*[...] vou ser generoso considerando que 20% dos religiosos, que conheci e com os quais convivi na minha congregação, são realmente santos, vivem de acordo com o figurino. Dos outros 80%, uns descumprem por baixo dos panos e são abafados, eles são transferidos. A outra parte vive azeda e recalçada.*

A tentativa de aculturação trata de, segundo Hamers e Blanc (2000), combinar a aquisição de competências e a adoção de regras e atitudes que tornam um comportamento culturalmente relevante. Vale considerar que nem todos os indivíduos se

adaptam nessa cultura que escolheram ou à qual estão expostos, por dois motivos, sustentados por Grosjean (1972): ou porque são rejeitados pelo grupo ou porque se sentem rejeitados por ele. Os membros das IR são pessoas que passam por processos de adaptabilidade. É possível que nem sempre haja compatibilidade entre o desejo que o motivou ao ingresso com a combinação de regras e a adoção de atitudes necessárias para um membro se aculturar institucionalmente. Por outro lado, pode não haver esforço do membro em se permitir uma aculturação. Ou, ainda, é possível que exista aquilo que Grosjean (1972) esclarece como um superajustamento de cultura, quando alguém nega elementos nativos para ser aceito na nova cultura. Isso pode ser uma das formas de interpretar a expressão do depoimento citado, tanto pela expressão acentuada de um possível estado de perfeição dos membros como pela óptica de um superajustamento dos membros à instituição. Esse (super)ajustamento do indivíduo à instituição passa pelo processo denominado formação nas IR. O Egresso 4, em relação ao processo formativo das IR, assim se expressou:

*A questão da formação precisa ser repensada, precisa uma educação mais aberta. Acho que se mantém um estilo muito ultrapassado, que vem de outra cultura, de um período que hoje não faz mais sentido. No entanto, as instituições religiosas ainda mantêm isso achando que estão educando e formando alguém específico e que tem que ser assim.*

No aspecto formativo dos sujeitos nas IR a postura referencial da instituição torna-se fundamento. Trata-se de uma referência institucional a partir das disposições incorporadas pelos indivíduos. Como afirma Bourdieu (2002), a formação possivelmente será mais exitosa quando alicerçada nas experiências dos sujeitos, que atuam como matriz de disposições e fornecem esquemas de percepções e intervenções diárias aos processos de socialização. A percepção do Egresso 4, quanto ao processo formativo, sugere repensar fatores considerados ultrapassados. É possível que as experiências pregressas dos formandos, bem como a valorização da participação deles na construção do processo formativo, possam oferecer novas alternativas de referência institucional.

A incorporação do jeito de ser da instituição e de seus quadros de referência também é perceptível no momento em que um novo membro de uma IR vai se habituando e os comportamentos coletivamente legitimados são assimilados e internalizados por ele. Em relação a esse aspecto, a Egressa 5 deu seu depoimento:

*A minha congregação tinha, no máximo, 400 irmãs. De origem europeia, instalou-se aqui em Santa Catarina, em região de alemães. O fator cultural local passou para elas. Tudo muito rigoroso; aquela coisa muito controlada. A gente foi formada – desde o início – para se controlar e as outras, para controlar a gente. Então, eu percebo muito forte essa influência, na qual fomos formadas. [...] para não errar, para não deslizar, para saber e seguir aquilo que é a meta.*

Há muitas dificuldades de aculturação ou para se inserir na cultura de uma organização. Essa dificuldade pode ser observada com a chegada dos europeus à América ou dos portugueses e missionários ao Brasil, por meio da postura colonizadora que adotaram em relação aos aqui antes residentes, ou como tende a ocorrer com os missionários que atuam na África. A imposição de uma cultura sobre a outra tem sido observada amiúde nos processos ditos de catequização empreendidos por diferentes denominações religiosas, não sendo de uso exclusivo das IR católicas.

Os meios de controle das vontades dos sujeitos no ambiente das IR permitem manter os membros domesticados e dominados. Esses mecanismos revelam um método autoritário e punitivo, que tende a coibir a reação adversa. Em um ambiente como esse pode ser muito difícil mobilizar forças conjuntas para legitimar novas formas, condições e métodos formativos diferenciados, embora se reconheça que o processo de dominação só é possível pelo consentimento, inconsciente ou não, do dominado (SILVA, DIAS e SILVA, 2015).

Guerreiro Ramos (1946) questiona que mesmo se as instituições, em tempos contemporâneos, procurarem ajustar seus membros às suas necessidades e exigências de sentido e realização humana, isso sempre será um ponto de interrogação, pois em um lado estão as necessidades institucionais e em outro se encontra o drama do indivíduo que sonha realizar uma missão. Nesse paradoxo encontram-se as IR na busca de uma mediana (THÉRET, 2003) entre contextos dinâmicos, indivíduos e suas realizações profundas e instituições com necessidades emergentes. O Egresso 6 alerta as IR quanto à busca do sentido da vida por parte dos jovens:

*O jovem busca um novo sentido para a vida, algo diferente, algo confiável, então, esse plus é a verdadeira vida fraterna, a verdadeira felicidade, esse maior contato com Deus. Nunca se procurou tanto o sobrenatural, Deus, como hoje em dia. Mas, para isso, tem que ter carisma. Com religiosos sobrecarregados, amargurados e com olheiras, consequentemente não se atrairá ninguém, necessita de pessoas felizes. Esse é o ponto de pressão da vida religiosa.*

Nesse mesmo contexto, a Egressa 7 afirmou que não se arrepende de ter deixado a vida religiosa, mas indica que esta necessita de mudanças, porém, não retornaria mesmo com as mudanças que entende ser necessárias. Diz que consegue viver aquilo que sonhava quando jovem, conciliando melhor a vida profissional aos compromissos com a igreja agora do que quando era religiosa. Como proposição para as IR, a Egressa 2, a partir de sua vivência, sugeriu:

*[...] convivência humana e encontrar tempo para descanso, porque é muito trabalho. A convivência e a humanização. Reconhecer as pessoas como seres humanos, não como trabalho.*

O Egresso 3 sugeriu que as IR possam rever alguns elementos:

*[...] a questão da espiritualidade; a nossa convivência é muito frágil e nosso trabalho é muita sobrecarga de questões administrativas.*

Sugere-se para a vida religiosa aquilo que já é dela; diz o Egresso 4:

*[...] é a identidade dela, resgatar algo que chamo de testemunho profético.*

A categoria socialização, pela percepção dos sujeitos de pesquisa, demonstra que existem contornos institucionais para favorecer-lá, como o projeto de vida, a formação dinâmica, o convívio, entre outros. Entretanto, os sujeitos de pesquisa também apontaram a necessidade de descentralizar as atividades das IR para enfatizar mais a missão específica de cada instituição, favorecendo a aculturação dos membros. No processo formativo, verificou-se a necessidade de as IR se reciclarem, considerando as disposições incorporadas dos sujeitos e a formação conduzida por equipes interdisciplinares. A decisão de permanência ou evasão dos membros de uma IR pode estar embasada em desejos do sujeito que se confundem com o idealizado e o projetado na estrutura institucional. Mostra-se necessário considerar o dilema que se coloca para as IR: por um lado, para obter legitimação interna e externa, precisam adotar um aparato de regras e símbolos que confirmem distinção; por outro, ao demarcar bem esses contornos, eles podem se cristalizar e enrijecer, tornando-se, de fato, um peso, ou, no dizer de Weber (1992), a gaiola de ferro das estruturas burocratizadas e excessivamente racionalizadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por objetivo analisar a relação entre a configuração institucional das IR e o ingresso, permanência e/ou desistência de seus membros. Conforme os resultados apresentados, no que diz respeito ao contexto das IR no Brasil, foi possível verificar que enfrentam uma crise de adesão e apresentam números significativos de desligamento de membros nos últimos 30 anos, sendo que somente a população feminina perdeu cerca de 5 mil pessoas.

Um dos aspectos relevantes deste estudo é a revelação de que a disciplina institucional, as capacidades treinadas, as propensões estruturadas para pensar e a exteriorização da interioridade por meio do estilo de vestimenta e de vocabulário padronizado tendem a ser contornos institucionais que, além de apontados pela literatura como homogeneizadores das práticas organizacionais, têm peso na atratividade numérica de membros para as IR. O estudo se mostra relevante ao observar na vida organizacional concreta a tendência de tornar o *habitus* uma identidade fixa ao invés da permeabilidade de contornos organizacionais passíveis de mutação e adaptabilidade aos ditames da diversidade e pluralidade do mundo contemporâneo.

Embora o estudo constate que no campo da prática essa mudança ainda não esteja consolidada, no campo da visão futura ela já se avizinha. Isso pode ser constatado quando, ao analisar os fatores de atratividade, na óptica das IR consideradas no estudo, observou-se tentativa de alinhamento das IR com as preferências fundamentais dos indivíduos. Essa consonância aproxima-se da noção mediadora, apontada na literatura, que busca superar rupturas entre sujeito e instituição.

Na análise da atratividade, constatou-se que ela é influenciada pelos sistemas de crenças e valores e pelo significado que os membros encontram expresso no sagrado, nos rituais e nos símbolos. São consideráveis e relevantes os costumes, a construção de pensamentos e convicções e a tomada de decisão a partir da cristalização da matriz de percepção de cada sujeito pela adoção referencial dos contornos institucionais.

Embora os contornos institucionais exerçam poder de adestramento sobre os indivíduos, conforme as percepções captadas, sempre há lugar para o pensamento discordante. Nesse sentido, captou-se no estudo a insatisfação dos egressos ouvidos, relacionada ao que denominaram perda do foco das IR, aburguesamento institucional e ativismo dos membros. Atribuem ao que denominaram mercantilismo das IR o desvio do foco (missão) dessas instituições e uma espécie de busca de resultados negociáveis.

Quanto aos contornos institucionais que desmotivam os membros, segundo os sujeitos pesquisados, temos: a imposição de regras, a falta de confiança, o desvio do foco das IR e a falta de participação nos processos decisórios. Ao ingressar em uma IR, muitas vezes, o conjunto de regras e princípios regulatórios já se encontra instituído. Os indivíduos se sentem pressionados pelas orientações reguladoras e normativas do contexto e, ao discordar do estabelecido, podem expressar desejos mais profundos, não permanecendo nos limites passivos do já estabelecido. Essa discordância gera conflitos e produz, não raro, o abandono da vida religiosa.

Nesse ponto surge outro aspecto da relevância deste estudo, ao alertar para que esses conflitos e questionamentos sejam tratados pelas IR de modo a representar, para além do estranhamento, uma atualização de suas estruturas e a adequação aos novos contextos sociais. Essa capacidade de mudança depende do grau de institucionalização aliada às disposições e propensões dos atores de acordo com seu pensar, sentir e agir guiados por respostas criativas às demandas de seu tempo.

A pesquisa contribui para os estudos organizacionais ao dar visibilidade para o universo particular das IR, grupo social pouco explorado como objeto de pesquisa no campo da Administração. Ao estudar essas instituições, por vezes estigmatizadas pela ciência e lançadas na vala comum do obscurantismo como é vista, corriqueiramente, a ação da Igreja Católica medieval, descortinam-se novos desafios para o campo dos estudos organizacionais. Embora a tendência de as organizações produzirem constrangimentos às ações dos sujeitos seja frequentemente examinada pela literatura sobre instituições, a visibilidade proporcionada por este estudo a esse fenômeno no contexto das IR traz à reflexão questionamentos ainda mais profundos a ponto de recomendar futuros estudos sobre as possibilidades e os limites de uma instituição com tais contornos apresentar sustentabilidade no mundo contemporâneo. Perscrutar o significado da própria vida religiosa em sociedades tão plurais e, aparentemente, avessas à sua existência descortina uma oportunidade de investigação.

Por fim, todo estudo capta uma parte do fenômeno pesquisado, devido às óbvias limitações da racionalidade humana, bem como das crenças e dos postulados inerentes a cada pesquisador. Destarte, este estudo tem a limitação de restringir-se, na observação do fenômeno empírico, ao grupo que participou da pesquisa. Ao tempo que os achados podem estar carregados dos significados pessoais desse grupo ouvido, por outro lado, levanta pontos de reflexão relevantes para os estudos organizacionais no que refere ao aprofundamento da compreensão do que atrai sujeitos a escolher viver em organizações com contornos e regimentos altamente estruturados e, ao mesmo tempo, ensejar mudá-los. O estudo também contribui para a gestão das IR, ao sugerir a melhoria de seus processos de recrutamento e desenvolvimento de pessoas.

Sugere-se, para futuros estudos, aprofundar a questão das preferências fundamentais dos indivíduos, entendidas em perspectiva com os roteiros institucionais relacionados ao sentido que as IR podem assumir em contextos contemporâneos.

## REFERÊNCIAS

- AMBROSIO, M. **Assembleia dos Religiosos do Brasil**. CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL – CRB. Instituições associadas. Disponível em: <<http://www.crbnacional.org.br/site/index.php/instituicoes-as-sociadas>>. Acesso em: 12 jan. 2014.
- BEOZZO, J. O. A recepção do Vaticano II na igreja do Brasil. In: INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL – INP (Org.). **Presença pública da igreja no Brasil: jubileu de ouro da CNBB (1952-2002)**. São Paulo: Paulinas, 2003. 425 p.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1974.
- BOURDIEU, P. **Esboço de uma teoria da prática: precedido de três estudos de etnologia Kabila**. Oeiras: Celtas, 2002.
- CALIMAN, C. A renovação da vida religiosa no Concílio Vaticano II. **Convergência**, v. 48, n. 464, p. 509-526, 2013.
- CARVALHO, C. A.; VIEIRA, M. F.; GOULART, S. A trajetória conservadora da teoria institucional. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 10, p. 469-496, 2012.
- CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL – CRB. Instituições associadas. Disponível em: <<http://www.crbnacional.org.br/site/index.php/instituicoes-associadas>>. Acesso em: 12 jan. 2014.
- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo (1931-1994)**, 2003. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/socespetaculo.html>>. Acesso em: 14 dez. 2013.
- DIMAGGIO, P. J. Interest and agency in institutional theory. In: ZUCKER, L. G. **Institutional patterns and organizations**. Cambridge, MA: Ballinger, 1988.
- DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. **American Sociological Review**, v. 48, n. 2, p. 147-169, 1983.
- DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. Introduction. In: POWELL, W. W.; DIMAGGIO, P. J. (Eds.). **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago: University of Chicago Press, 1991. 1-38 p.
- DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. 14. ed. São Paulo: Nacional, 1990.
- EISENSTADT, S. Social institutions. In: SILLS, D. L. (Ed.). **International encyclopedia of the social sciences**. New York: Macmillan, 1968. v. 14. 409-429 p.
- EMMENDOERFER, M. L. Análise das instituições no contexto da modernidade: reflexões e contribuições da ciência política sobre o neo-institucionalismo para os estudos organizacionais. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 4., 2006, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Anpad, 2006. Disponível em: <[http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEO/eneo\\_2006/2006\\_ENEO618.pdf](http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEO/eneo_2006/2006_ENEO618.pdf)>. Acesso em: 11 dez. 2013.
- ESPINO, J. A. Instituciones y economía: una introducción al neoinstitucionalismo económico. **Région y Sociedad**, v. 13, n. 22, p. 194-197, 2001.
- GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.
- GROSJEAN, F. **Life with two languages: an introduction to bilingualism**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1972.
- GUERREIRO RAMOS, A. Reflexões sobre o homem dormindo. **A Manhã**, 24 mar. 1946.
- GUERREIRO RAMOS, A. **A redução sociológica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.
- GUTIÉRREZ, J. **Dinámica del grupo de discusión**. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2008.
- HALL, P. A.; TAYLOR, R. C. R. The three versions of neo-institutionalism. **Lua Nova**, n. 58, p. 193-223, 2003.
- HARMERS, J.; BLANC, M. **Bilinguality and Bilingualism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- HUGHES, E. C. The study of institutions. **Social Forces**, v. 20, n. 3, p. 307-310, 1942.
- IBÁÑEZ, J. **Más allá de la sociología**. El grupo de discusión: teoría y crítica. 5. ed. Madrid: Siglo Veintiuno, 2003.
- IMMERMUT, E. The normative roots of the new institutionalism: historical-institutionalism and comparative policy studies. In: BENZ, A.; SEIBEL, W. (Org.). **Beiträge zur Theorieentwicklung in der Politik und Verwaltungswissenschaft**. Baden-Baden: Nomos Verlag, 1996. 325-355 p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo 2010. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas\\_religioao\\_deficiencia/default\\_caracteristicas\\_religioao\\_deficiencia.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_religioao_deficiencia/default_caracteristicas_religioao_deficiencia.shtm)>. Acesso em: 4 jan. 2014.
- JACOMETTI, M. et al. Análise de efetividade das políticas públicas de arranjo produtivo local para o desenvolvimento local a partir da teoria institucional. **Rev. Adm. Pública**, v. 50, n. 3, p. 425-454, 2016.
- LOURAU, R. Objeto e método da análise institucional. In: DALTOÉ, S. (Org.). **Analista institucional em tempo integral**. São Paulo: Hucitec, 2004. 66-86 p.
- MACHADO-DA-SILVA, C.; COSER, C. Organização Focal e Relações de Poder em um Campo Organizacional. Disponível em: <[http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad\\_2004/TEO/2004\\_TEO2932.pdf](http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2004/TEO/2004_TEO2932.pdf)>. Acesso em: 4 jan. 2014.
- MARCH, J. G.; OLSEN, J. P. El nuevo institucionalismo: factores organizativos de la vida política. **Zona Abierta**, n. 63/64, p. 1-43, 1993.
- MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structure as myths and a ceremony. **American Journal of Sociology**, v. 83, n. 2, p. 340-363, 1977.
- MIRANDA, M. F. Uma igreja em processo de renovação. Vaticano II: o legado e a tarefa. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v. 72, n. 286, p. 366-395, 2012.
- MOTA, R. N. **Juventudes: o exercício de aproximação**. 2. ed. Brasília, DF: Ed. CRB, 2011.



- OLIVEIRA, R. C. A. Estéticas juvenis: intervenção nos corpos e na metrópole. **Comunicação, Mídia e consumo**, v. 4, n. 9, p. 63-86, 2007.
- ORO, I. P. **O fenômeno religioso**: como entender. São Paulo: Paulinas, 2013.
- PARSONS, T.; BALES, R. F. **Family, socialisation and interaction process**. London: Routledge, 1955.
- PEREIRA, W. C. C. (Org.). **Análise institucional na vida religiosa consagrada**. 2. ed. Belo Horizonte: CRB, 2012.
- SELZNICK, P. **A liderança na administração**: uma interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1972.
- SERVA, M. O fato organizacional como fato social total. **Rev. Adm. Pública**, v. 35, n. 3, p. 131-152, 2001.
- SILVA, L. P.; DIAS, L. C. F.; SILVA, J. S. Ensino Superior, mobilidade social e dominação: uma análise à luz dos conceitos de Bourdieu e da teoria institucional. **RACE: Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 14, n. 3, p. 1145-1174, 2015.
- SOBRINO, J. **Ressurreição da verdadeira igreja**. São Paulo: Loyola, 1982.
- TEIXEIRA, F. Pluralismo religioso. **Horizonte**, v. 3, n. 6, p. 27-32, 2005.
- THÉRET, B. As instituições entre as estruturas e as ações. **Lua Nova**, n. 58, p. 225-255, 2003.
- WACQUANT, L. Esclarecer o habitus. **Educação e Linguagem**, v. 10, n. 16, p. 63-71, 2007.
- WEBER, M. **A Ética protestante e o espírito do capitalismo**. 7. ed. São Paulo: Pioneira, 1992.
- WILLIAMS, Z. et al. Why all the changes? An institutional theory approach to exploring the drivers of supply chain security. **International Journal of Physical Distribution and Logistics Management**, v. 39, n. 7, p. 595-618, 2009.

Rosângela Cenci

Doutoranda em Sociologia da Universidade Beira do Interior de Covilhã, Portugal; Mestre em Administração pela Unoesc; Membro do conselho gestor da Instituição Religiosa Franciscana Missionária de Maria Auxiliadora/ Brasil. E-mail: fraternura@hotmail.com

Eliane Salete Filippim

Pós-doutora em Administração Pública e Governo pela EAESP/FGV/SP; Doutora em Engenharia de Produção e Sistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina; Professora na Unoesc, Mestrado Profissional em Administração. E-mail: eliane.filippim@unoesc.edu.br